



Diário Oficial do **Município**

Prefeitura Municipal de Ibipêba

quarta-feira, 28 de maio de 2025

Ano XII - Edição nº 01480 | Caderno 1

Prefeitura Municipal de Ibipêba publica



Praça Praça da Igreja | 02 | Centro | Ibipêba-Ba

www.pmibipeba.ba.ipmbrasil.org.br

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
EA783353B383CF030A4D87F2495C1F66

Prefeitura Municipal de Ibipeba

SUMÁRIO

- RESOLUÇÃO CMDPI Nº 001/2025
- RESULTADO DE IMPUGNAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE-05-2025

Prefeitura Municipal de Ibipeba

Resolução



Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa idosa de Ibipeba

RESOLUÇÃO Nº 01**NOMEIA A COMISSÃO ORGANIZADORA MUNICIPAL PARA REALIZAR A 1ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA (1ª COMDPI).**

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA no uso das atribuições conferidas pela Lei Municipal 03, de 2025, em consonância com o DECRETO Nº 185 de 21 de março de 2025 do CMDPI, que dispõe sobre a convocação da 1ª Conferência Municipal dos direitos da Pessoa idosa nos termos da deliberação do colegiado em sua plenária ordinária, realizada em 07/05/2025.

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR a Comissão Organizadora Municipal para realizar a 1ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa (1ª COMDPI), composta pelos seguintes integrantes:

Representantes do Poder Público do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa

Michelle Amorim de Sousa- Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social
Vilma Batista de Andrade – Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social
Luciane Alves Oliveira Diniz - Representante da Secretaria Municipal de Assistência Social
Frairan Gomes dos Santos- Representante da Secretaria Municipal de Cultura

Representantes da Sociedade Civil do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa

Clevia Rodrigues Souza- Representantes da Associação Comunitária Remanescentes dos Quilombos de Salva Vidas
Rejana Gomes Fernande- Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ibipeba
Manoel de Souza Martins- Representantes da Associação de Pequenos Agricultores Rurais Quilombola da Comunidade de Mocobeu

Art. 2º. INFORMAR que compete a Comissão Organizadora Municipal – COM

- a) Coordenar, supervisionar e promover a realização da 1ª COMDPI;
- b) Elaborar e aprovar o Regimento Interno da 1ª COMDPI;
- c) Aprovar a programação da Etapa Municipal da 1ª COMDPI;
- d) Aprovar as propostas de metodologia e sistematização do processo de discussão da Etapa Municipal;
- e) Definir o formato das atividades da 1ª COMDPI, bem como o critério para participação dos convidados e expositores, Municipais e Estaduais dos temas a serem discutidos;
- f) Acompanhar a viabilização de infraestrutura necessária à realização da Etapa Municipal;
- g) Orientar o trabalho da Comissão Organizadora Municipal;
- h) Estimular a mobilização da sociedade civil e do Poder Público, no âmbito de sua atuação no município para organizarem e participarem da conferência;

Prefeitura Municipal de Ibipeba



Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa idosa de Ibipeba

i) Orientar o processo de sistematização dos relatórios da Conferência Municipal que serão submetidos à etapa Estadual;

j) Validar a Conferência Municipal;

Art. 3º. INFORMAR que compete a Comissão Organizadora Municipal:

a) Estimular a organização e realização da Conferência Municipal em parceria aos organismos governamentais de políticas para as pessoas idosas;

b) Estimular o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa e organizações dos movimentos sociais que tratam do envelhecimento;

c) Estimular a organização e realização de conferências livres presenciais e virtuais na esfera municipal e estadual;

d) Articular para que o governo Municipal garanta os recursos financeiros necessários à participação dos delegados eleitos na Conferência Municipal na etapa Estadual.

Art. 8º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de reunião dos conselhos , 07 de Maio de 2025

Vilma Batista de Andrade
Presidente do CMDPI

Prefeitura Municipal de Ibipeba

Pregão Eletrônico

RESULTADO JULGAMENTO IMPUGNAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE-05-2025

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIPEBA** torna público para conhecimento dos interessados que, após análise do recurso de impugnação manejado pela empresa SEASHORE BRASIL CONSULTORIA E INSTALACOES SUSTENTAVEIS LTDA (CNPJ nº 33.497.541/0001-26) e após análise da impugnação, o pregoeiro DECIDIU: pelo CONHECIMENTO e no mérito pelo **INDEFERIMENTO** da impugnação. Mais informações e obtenção de cópia do julgamento no departamento de licitação localizado no prédio sede da Prefeitura Municipal de Ibipeba situada na Praça Dezenove de Setembro, s/nº, Centro, Ibipeba-Ba, no horário das 08h:00min às 12h:00min e das 14h:00min às 17h:00min ou pelo e-mail: licitacoes@ibipeba.ba.gov.br e ainda disponível no site. <https://ibipeba.ba.gov.br>

Ibipeba - Ba, 28 de maio de 2025.

Edésio Micael Szervinsky Mendonça
Pregoeiro Oficial

Prefeitura Municipal de Ibipeba

AO PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIPEBA – BA

Ref.: Impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico nº PE-05-2025

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de eficiência energética do sistema de iluminação pública do município de Ibipeba.

SEASHORE BRASIL CONSULTORIA E INSTALACOES SUSTENTAVEIS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 33.497.541/0001-26, com sede na Rua Raimundo Xavier, S/N, bairro Tropical, Jequié-BA, CEP 45.209-168, neste ato representada conforme Contrato Social, por HUGO LUIZ BORGES, brasileiro, casado, consultor de projetos, portador da carteira de identidade nº 2350314 SSP/DF, inscrito no CPF/MF sob o nº 030.436.936-55, residente e domiciliado no Condomínio Solar da Serra, Quadra T20 lote 02 - Jardim Botânico - Brasília - DF. CEP: 71.680-350, vem respeitosamente, à presença de Vossas Excelência, nos termos da Lei nº 14.133/2021, apresentar IMPUGNAÇÃO ao Pregão Eletrônico nº PE-05-2025, com fundamento no que segue:

I - DOS FATOS

O Edital em epígrafe tem por objeto a Contratação de empresa para prestação de serviços de eficiência energética do sistema de iluminação pública do município de Ibipeba, compreendendo o cadastro georreferenciado, com identificação de todos os pontos e substituição do parque atual para a tecnologia de luminárias led, devendo a licitante contratada adquirir, instalar, operar e manter o parque pelo período 60 (sessenta) meses.

Contudo, ao analisar o edital, esta empresa identificou diversas disposições que, além de se mostrarem desproporcionais e restritivas à competitividade, afrontam

Prefeitura Municipal de Ibipêba

diretamente dispositivos legais da Lei nº 14.133/2021 e da Lei Complementar nº 123/2006, bem como princípios fundamentais que regem as contratações públicas, como os da isonomia, razoabilidade e ampla competitividade.

Assim, passa-se à análise jurídica do mérito, com o objetivo de demonstrar a necessidade de correção das irregularidades apontadas, a fim de assegurar a legalidade e a competitividade do certame.

II – DO MÉRITO

a) Prazo Exíguo – Item 2.6.7

O edital, no item 2.6.7, estabelece prazo que pode se mostrar exíguo para a substituição dos equipamentos, considerando a complexidade do objeto e a possível logística envolvida na execução dos serviços.

Tal exigência não leva em consideração particularidades como acesso a determinadas localidades e disponibilidade de insumos e profissionais especializados.

Assim, requer-se a revisão ou flexibilização do prazo estipulado, conforme a real complexidade da execução contratual.

b) Desrespeito à LC 123/2006 – Item 7.2

O item 7.2 do edital está em desacordo com o art. 44, §2º, da Lei Complementar nº 123/2006, que estabelece, para a modalidade de pregão, um intervalo percentual de até 5% para aplicação do critério de desempate em favor de microempresas e empresas de pequeno porte.

Qualquer disposição em sentido contrário prejudica diretamente o tratamento diferenciado garantido por lei.

Requer-se a adequação do edital à legislação vigente, para assegurar o pleno exercício do direito das ME/EPPs.

c) Necessidade de divulgação dos arquivos em formato editável – Item 8.5

O item 8.5 obriga o envio da proposta, juntamente com documentos dos quais os licitantes não tiveram conhecimento, vejamos:

8.5 A proposta de preços inicial deverá ser informada e anexada em campo específico, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico (BLL), com observância as disposições do Termo de Referência, e modelo constante no

Prefeitura Municipal de Ibipêba

Anexo VI, lançadas, obrigatoriamente até a abertura do certame, sob pena de desclassificação.

a) A **empresa proponente deverá apresentar, concomitantemente com sua proposta inicial de preços**, até a data e horário limites estabelecidos neste edital, os seguintes documentos e declarações:

b) Carta de apresentação da proposta, contendo a razão social completa da empresa, CNPJ, endereço completo, telefone, endereço eletrônico, dados bancários (banco, agência e conta corrente), nome completo do representante legal, RG e CPF, bem como o valor global da proposta expresso em algarismos e por extenso, prazo de execução, prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, e declaração expressa de que nos preços propostos estão incluídos todos os custos diretos e indiretos, tributos incidentes, encargos sociais, trabalhistas, fretes, seguros, lucros e quaisquer outras despesas necessárias à execução do objeto.

c) **Memorial descritivo detalhado** dos serviços a serem executados, em estrita conformidade com as especificações técnicas constantes do Termo de referencia.

d) **Composição analítica de preços unitários** para todos os itens da planilha orçamentária, com discriminação detalhada de materiais, mão de obra, equipamentos, encargos sociais e BDI.

e) **Cronograma físico-financeiro completo**, contemplando todas as etapas de execução e respectivos desembolsos, observados os prazos e condições estabelecidos no Projeto Básico.

f) **Detalhamento da composição do BDI** (Benefícios e Despesas Indiretas) para insumos e mão de obra, com memória de cálculo e discriminação de todos os custos indiretos, tributos, despesas financeiras, lucro e outros elementos componentes.

g) **Detalhamento analítico dos encargos sociais** aplicados, com memória de cálculo e fundamentação legal de cada componente.

h) Declaração, subscrita pelos responsáveis técnicos da empresa, atestando que possuem

pleno conhecimento dos locais onde serão realizados os serviços objeto da presente licitação, bem como das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos.

i) Declaração expressa de pleno conhecimento e integral aceitação dos termos do edital e seus anexos, assumindo total responsabilidade pela autenticidade e veracidade dos documentos apresentados e informações prestadas.

Prefeitura Municipal de Ibipêba

j) Declaração formal de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no

presente edital, nos termos do art. 63, IV da Lei nº 14.133/2021.

k) Declaração de integralidade dos custos, atestando que a proposta apresentada contempla todos os custos necessários para a execução do objeto, não cabendo posteriores alegações de omissão de custos ou solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro por tal motivo.

l) Declaração de elaboração independente de proposta, firmada pelo representante legal,

atestando que a proposta foi elaborada de maneira independente, sem participação, influência ou comunicação com outros licitantes.

m) Declaração, subscrita pelo profissional contábil responsável pela empresa proponente, com registro ativo no Conselho Regional de Contabilidade, informando o regime tributário ao qual a empresa está submetida.

n) Declaração contendo a relação dos compromissos assumidos que importem em diminuição da capacidade operativa ou absorção de disponibilidade financeira da empresa, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021. Esta declaração visa demonstrar que o somatório dos valores dos contratos celebrados com a Administração Pública e/ou iniciativa privada, vigentes na data da licitação, não compromete a execução do objeto ora licitado. A declaração deverá conter, no mínimo: número do contrato, nome do contratante, objeto resumido, valor total, valores já recebidos ou a receber, data de início e término da execução.

o) Declaração formal de disponibilidade das instalações, aparelhamento técnico adequado e do pessoal técnico especializado, essenciais para o cumprimento do objeto da licitação.

p) Relação explícita da estrutura funcional operacional da empresa, contemplando todos os cargos e funções necessários à execução do objeto da presente licitação, incluindo as atribuições e qualificações mínimas exigidas para cada posto. Esta declaração visa demonstrar que a empresa possui conhecimento da estrutura necessária para execução dos serviços, não sendo obrigatória, neste momento, a indicação nominal dos profissionais, os quais deverão ser apresentados somente por ocasião da contratação, caso a empresa seja declarada vencedora do certame.

q) Relação detalhada das máquinas, equipamentos, ferramentas e demais aparelhamentos técnicos essenciais à execução do objeto, com especificação de tipo, quantidade e características técnicas principais.

Prefeitura Municipal de Ibipeba

r) Todos os documentos deverão estar assinados digitalmente pelo representante legal da empresa, mediante certificado digital padrão ICP-Brasil, nos termos do art. 12 da Lei nº 14.133/2021.

s) O descumprimento de quaisquer das exigências estabelecidas nesta seção, bem como a apresentação de documentação incompleta ou em desacordo com as especificações, acarretará a desclassificação da proposta

Ocorre que, parte essencial dos documentos solicitados, deveriam ter sido disponibilizados pela Contratante, em formato editável, ainda que sem os valores respectivos, por ter sido definido o sigilo.

Os arquivos não foram disponibilizados, de forma acessível e editável, os documentos essenciais para a formulação da proposta, a saber:

- Planilha Orçamentária (Anexo I);
- Modelo do Anexo VI;
- Memorial descritivo detalhado;
- Composição analítica dos preços unitários (materiais, mão de obra, encargos e BDI);
- Cronograma físico-financeiro;
- Detalhamento do BDI e encargos sociais.

A ausência desses documentos inviabiliza a formulação técnica e econômica adequada da proposta, comprometendo o princípio da isonomia e o dever de publicidade e transparência (arts. 5º e 11 da Lei 14.133/21).

Requer-se, portanto, a suspensão do certame até a completa disponibilização de tais documentos em formato aberto (ex: .xlsx, .docx).

d) Exigência Excessiva de Qualificação Técnico Item 14.8

Enquanto o Termo de Referência exige, para fins de comprovação da qualificação técnica, “*Certidões, declarações ou atestados que demonstrem capacidade operacional na execução similar ao objeto a ser contratado: Atestado de Capacidade Técnica, Certificado de Habilitação Técnica (CHT) e Certidão de Acervo Técnico (CAT)*”. O edital exige:

Prefeitura Municipal de Ibipêba

14.8.2 Qualificação Técnico-Profissional: A qualificação técnico-profissional será comprovada mediante apresentação dos seguintes documentos:

- a) Comprovação de que a licitante possui em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissionais de nível superior, sendo no mínimo: 01 (um) Engenheiro Ambiental, 01 (um) Engenheiro Civil e Engenheiro Elétrico e Engenheiro ou Tec. Em Segurança de Trabalho, devidamente registrado no CREA, responsável pelos aspectos técnicos de engenharia ambiental, e Operacional e da segurança na gestão dos serviços Prestados.
- b) O vínculo dos profissionais com a empresa licitante deverá ser comprovado mediante apresentação de um dos seguintes documentos: Contrato Social (se sócio); Carteira de Trabalho e Previdência Social; Contrato de Prestação de Serviços; Ficha de Registro de Empregado; Certidão de Registro da empresa no CREA.
- c) Atestado(s) de Capacidade Técnico-Profissional, registrado(s) no CREA, em nome dos respectivos responsáveis técnicos, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a execução de serviços compatíveis com o objeto licitado.

14.8.3 Documentação Técnica Complementar: Em razão da natureza essencial e continuada dos serviços, deverão ser apresentados:

- a) **Plano de Manutenção Preventiva, Corretiva e Operacional**, acompanhado de ART, visando garantir a continuidade e qualidade dos serviços públicos essenciais, detalhando as rotinas de manutenção, cronogramas, procedimentos operacionais e medidas preventivas.
- b) **Comprovação de possuir em seu quadro profissional detentor de conhecimento da NR35 – Trabalho em altura**, através de apresentação de certificado e comprovação de Vínculo do profissional com a empresa.
- c) **Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PGR**, conforme exigência da NR – 09, Lei 6.514/77 e Portaria do MTB nº 3.214/78, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica– ART, emitida por Engenheiro ou Técnico de Segurança do Trabalho e certidão de registro e quitação do profissional junto ao CREA/BA. O referido programa deverá ser elaborado pelo Engenheiro ou Técnico que faça parte do quadro de profissionais da empresa e conter assinatura/rubrica do profissional elaborador e do representante da empresa.
- d) **Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO**, conforme exigência da NR – 07, Lei 6.514/77 e Portaria do MTB nº 3.214/78. O referido programa deverá conter assinatura/rubrica do profissional elaborador e do representante da empresa.

Prefeitura Municipal de Ibipeba

e) O LTCAT (Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho) previsto na legislação brasileira na Lei nº 9.528, de 1997, que trata dos Planos de Benefícios da Previdência Social.

f) Certidão negativa de nada consta emitida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Município de Ibipeba.

c) Declaração formal de disponibilidade das instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados para realização do objeto da licitação.

d) Declaração de pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação dos serviços.

O item 14.8 do edital impõe exigência de qualificação técnico-profissional que, além de desproporcional ao objeto licitado, compromete a isonomia e restringe indevidamente a competitividade do certame, ao exigir a presença, no quadro permanente da empresa licitante, de diversos profissionais de nível superior, sendo: Engenheiro Ambiental, Engenheiro Civil, Engenheiro Eletricista e Engenheiro ou Técnico em Segurança do Trabalho, além da apresentação de atestados técnicos específicos, planos de manutenção e programas legais (PGR, PCMSO, LTCAT), todos ainda na fase de habilitação.

Contudo, o objeto da licitação trata essencialmente da substituição, instalação, operação e manutenção de luminárias públicas para tecnologia LED, atividade diretamente ligada à área da engenharia elétrica. Desse modo, a presença de um Engenheiro Eletricista ou de um Técnico em Eletrotécnica regularmente registrado no CREA e/ou CFT e com atestado de capacidade técnica compatível, seria inteiramente suficiente para garantir a execução segura e qualificada do objeto licitado, conforme a natureza técnica do serviço.

A exigência de múltiplos profissionais de áreas não centrais à atividade contratada, como engenharia ambiental ou civil, revela-se excessiva e desnecessária, ferindo o princípio da proporcionalidade, previsto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021. Este princípio estabelece que as exigências editalícias devem guardar adequação entre os meios exigidos e os fins pretendidos, o que, no caso, não se verifica.

Adicionalmente, as exigências complementares do item 14.8.3, como apresentação de Plano de Manutenção Preventiva, Corretiva e Operacional, acompanhado de ART, planos e programas de segurança do trabalho (NR-07, NR-09, NR-35), Laudo

Prefeitura Municipal de Ibipêba

Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho, devem ser condições para início da execução contratual e somente se necessário e com relação ao objeto licitado, e não para a fase de habilitação, conforme determina o art. 62 da Lei 14.133/2021, que estabelece que os documentos técnicos vinculados à execução somente podem ser exigidos após a celebração do contrato.

O art. 67, §1º da Lei 14.133/2021 é claro ao estabelecer que a exigência de atestados somente pode se dar à parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação. Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

Portanto, a manutenção de tais exigências, da forma como estão dispostas, inviabiliza a participação de empresas qualificadas que não detenham, previamente, um corpo técnico multidisciplinar que excede a necessidade real da contratação, promovendo restrição indevida à competitividade e potencial direcionamento da licitação, o que fere os princípios da isonomia, legalidade, eficiência e razoabilidade (art. 5º da Lei 14.133/2021).

Requer-se, assim, a supressão ou adequação do item 14.8, limitando a exigência de responsável técnico à área de engenharia elétrica ou eletrotécnica, e a exclusão do item 14.8.3 ou redefinição, se comprovada a necessidade, do momento de apresentação dessas exigências.

e) Item 14.10 – Ausência de Clareza na Exigência

O edital menciona, de forma vaga, a necessidade de apresentação de documento no item 14.10, sem indicar com precisão qual o documento exigido, sua natureza, finalidade ou fase de entrega. A falta de clareza pode prejudicar a segurança jurídica do processo e comprometer o preparo das propostas.

Requer-se esclarecimento e reformulação do item, com definição clara da exigência.

f) Divergência no Prazo de pagamento – Itens 18.1.9, I x 13.1 do TR

Prefeitura Municipal de Ibipêba

Há clara incongruência entre o item 18.1.9, inciso I do edital, que estipula o prazo de 90 dias para pagamento, e o item 13.1 do Termo de Referência, que menciona o prazo de 10 dias úteis. Tal contradição compromete a clareza e objetividade do edital.

Requer-se a retificação imediata, com unificação da regra para garantir previsibilidade às licitantes.

III - DO PEDIDO

Diante das irregularidades apontadas ao longo desta impugnação, bem como da inobservância aos princípios fundamentais que regem as contratações públicas – notadamente os princípios da legalidade, isonomia, razoabilidade, proporcionalidade, ampla competitividade e seleção da proposta mais vantajosa –, requer-se:

a) Que o edital seja retificado no que se refere ao item 2.6.7, a fim de promover a revisão ou flexibilização do prazo de execução estipulado, compatibilizando-o com a real complexidade técnica e logística da prestação dos serviços licitados, evitando que o exíguo lapso temporal inviabilize a participação de licitantes aptos e, conseqüentemente, comprometa a seleção da proposta mais vantajosa;

b) Que o item 7.2 do edital seja adequado ao disposto no art. 44, §2º, da Lei Complementar nº 123/2006, assegurando, de forma correta, o tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte, com a aplicação da margem de até 5% sobre a proposta mais bem classificada, quando atendidas as condições legais;

c) Que seja determinada a imediata disponibilização, em formato editável e acessível (tais como .docx e .xlsx), de todos os documentos e anexos indispensáveis à formulação das propostas, a exemplo da planilha orçamentária (Anexo I), memorial descritivo, composições analíticas de preços, cronograma físico-financeiro e demais elementos técnicos mencionados no edital e no Termo de Referência, sob pena de violação ao dever de publicidade e ao princípio da competitividade (art. 5º, IV e art. 11 da Lei nº 14.133/2021);

d) Que seja retificado o item 14.8 do edital, com o fim de readequar as exigências de qualificação técnico-profissional, limitando-as à comprovação de responsável técnico habilitado na área de engenharia elétrica ou técnico em eletrotécnica, devidamente registrado no CREA ou CFT, e com acervo compatível com o objeto, por se tratar de exigência proporcional e suficiente à fiel execução do contrato, suprimindo-se a

Prefeitura Municipal de Ibipêba

exigência de profissionais de áreas não essenciais (engenharia civil, ambiental e segurança do trabalho), sob pena de restrição indevida à ampla competitividade;

e) Que as exigências previstas no item 14.8.3 (documentação técnica complementar) sejam excluídas da fase de habilitação, por tratarem-se de documentos vinculados à execução contratual, devendo, se comprovada sua real necessidade, ser exigidas somente após a assinatura do contrato;

f) Que seja promovida a retificação do item 14.10 do edital, com a devida especificação quanto ao documento exigido, sua natureza, finalidade e fase de apresentação, de modo a garantir a transparência, clareza e segurança jurídica indispensáveis ao processo licitatório;

g) Que seja sanada a inconsistência entre o item 18.1.9, inciso I do edital e o item 13.1 do Termo de Referência, harmonizando-se o prazo de pagamento, com a indicação clara e objetiva da regra aplicável, conforme os princípios da segurança jurídica e vinculação ao instrumento convocatório;

h) Que, em razão das alterações que eventualmente venham a ser acolhidas, seja reaberto o prazo para apresentação de propostas e participação no certame, com a designação de nova data para a sessão pública, em respeito ao prazo mínimo legal previsto no art. 55 da Lei nº 14.133/2021 e aos princípios da publicidade e ampla competitividade.

Nestes termos, pede deferimento.

Cuiabá-MT, 26 de maio de 2025.

**SEASHORE BRASIL CONSULTORIA E INSTALACOES SUSTENTAVEIS
LTDA
CNPJ nº 33.497.541/0001-26
HUGO LUIZ BORGES**

Prefeitura Municipal de Ibipecta



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIPECTA
Governo Juventude, Inovação e Prosperidade



PROCESSO LICITATÓRIO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE-05-2025

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de eficientização energética do sistema de iluminação pública do município de Ibipecta, compreendendo o cadastro georreferenciado, com identificação de todos os pontos e substituição do parque atual para a tecnologia de luminárias LED, devendo a licitante contratada adquirir, instalar, operar e manter o parque pelo período 60 (sessenta) meses.

Impugnante: **SEASHORE BRASIL CONSULTORIA E INSTALACOES SUSTENTAVEIS LTDA (CNPJ nº 33.497.541/0001-26)**

RELATÓRIO:

Trata-se de Impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico nº PE-05-2025, apresentada pela empresa SEASHORE BRASIL CONSULTORIA E INSTALACOES SUSTENTAVEIS LTDA, alegando diversas disposições desproporcionais e restritivas à competitividade, que afrontam a Lei nº 14.133/2021 e a Lei Complementar nº 123/2006, bem como princípios fundamentais das contratações públicas. A impugnação aborda os seguintes pontos:

1. Prazo Exíguo – Item 2.6.7: Alegação de prazo curto para substituição de equipamentos, sem considerar a complexidade logística e acesso a localidades.
2. Desrespeito à LC 123/2006 – Item 7.2: Discordância com o critério de desempate para microempresas e empresas de pequeno porte, alegando que o percentual de 5% da Lei Complementar nº 123/2006 não é aplicado corretamente.
3. Necessidade de Divulgação dos Arquivos em Formato Editável – Item 8.5: Argumento de que documentos essenciais para a proposta, como Planilha Orçamentária e Cronograma Físico-Financeiro, não foram disponibilizados em formato editável, comprometendo a isonomia e a transparência.
4. Exigência Excessiva de Qualificação Técnica – Item 14.8: Impugnação quanto à exigência de múltiplos profissionais de nível superior (Engenheiro Ambiental, Engenheiro Civil, Engenheiro Eletricista e Engenheiro ou Técnico em Segurança do Trabalho) e de documentos como Plano de Manutenção Preventiva e programas

Prefeitura Municipal de Ibipeba



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIPEBA
Governo Juventude, Inovação e Prosperidade



legais (PGR, PCMSO, LTCAT) na fase de habilitação, por considerá-las desproporcionais e restritivas.

5. Ausência de Clareza na Exigência – Item 14.10: Reclamação sobre a falta de precisão na descrição de um documento exigido no item 14.10 do edital.

6. Divergência no Prazo de Pagamento – Itens 18.1.9, I x 13.1 do TR: Apontamento de inconsistência entre os prazos de pagamento dispostos no edital (90 dias) e no Termo de Referência (10 dias úteis).

ANÁLISE E FUNDAMENTAÇÃO:

Este Agente de Contratação procedeu à análise das alegações da impugnante, confrontando-as com as disposições do Edital Final do Pregão Eletrônico nº PE-05-2025:

1. Prazo Exíguo – Item 2.6.7: O item 2.6.7 do Edital estabelece que a substituição de itens com vício ou defeito deve ocorrer em até 03 (três) horas a partir da ciência pelo Contratado. Tal prazo refere-se a um serviço de manutenção corretiva, essencial para a continuidade da iluminação pública, e não ao prazo de execução da eficientização energética, que tem duração de 60 meses. A urgência na reparação de falhas em um serviço público essencial justifica a exigência de um prazo de resposta rápido, não se mostrando exíguo para a natureza da demanda.
2. Desrespeito à LC 123/2006 – Item 7.2: O item 7.2 do Edital final prevê expressamente o tratamento diferenciado para microempresas e empresas de pequeno porte. Conforme o dispositivo editalício, "se a proposta melhor classificada não tiver sido apresentada por microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais e houver proposta de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que seja igual ou até 10% (dez por cento) superior à proposta melhor classificada", será dada a oportunidade à ME/EPP de apresentar uma última oferta. Essa condição está em conformidade com o art. 44, §2º, da Lei Complementar nº 123/2006, que concede esse benefício quando a proposta for de até 10% superior.
3. Necessidade de Divulgação dos Arquivos em Formato Editável – Item 8.5: O Edital, em seu item 8.5, detalha os documentos e declarações que devem ser apresentados juntamente com a proposta inicial de

Prefeitura Municipal de Ibipeba



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIPEBA
Governo Juventude, Inovação e Prosperidade



preços. Embora a impugnante solicite a disponibilização de anexos em formato editável, como Planilha Orçamentária (Anexo I) e Memorial Descritivo, a Lei nº 14.133/2021 não impõe a obrigatoriedade de disponibilização de anexos em formatos editáveis, desde que as informações sejam claras e acessíveis, permitindo a elaboração das propostas. A Planilha Orçamentária e o Modelo de Proposta Financeira (Anexo VI) estão presentes no Edital, fornecendo os detalhes necessários para a composição da proposta. Além disso, o valor estimado do objeto é sigiloso, conforme o Art. 24 da Lei 14.133/21, o que limita a divulgação de planilhas com valores em formato editável. A ausência de formato editável, por si só, não inviabiliza a formulação técnica e econômica da proposta ou compromete o princípio da isonomia.

4. Exigência Excessiva de Qualificação Técnica – Item 14.8: O item 14.8 do Edital estabelece as qualificações técnico-operacional e técnico-profissional necessárias, incluindo a exigência de profissionais de nível superior como Engenheiro Ambiental, Engenheiro Civil, Engenheiro Elétrico e Engenheiro ou Técnico em Segurança do Trabalho, bem como a apresentação de documentação técnica complementar. O objeto da licitação, a "eficientização energética do sistema de iluminação pública", compreende cadastro georreferenciado, substituição de luminárias LED, aquisição, instalação, operação e manutenção por 60 meses. A complexidade e abrangência dos serviços justificam a necessidade de um corpo técnico multidisciplinar. O próprio edital, no item 14.8.6, esclarece que a exigência de registro no CREA para a empresa e seus profissionais responsáveis técnicos se fundamenta na natureza "multidisciplinar do objeto licitado, que envolve atividades técnicas de engenharia ambiental, Elétrica, Civil e a segurança". As exigências de planos de manutenção e programas de segurança (PGR, PCMSO, LTCAT) são justificadas pela "natureza essencial e continuada dos serviços", visando garantir a qualidade e continuidade dos serviços públicos, e são exigências que se alinham à avaliação da capacidade técnica para a execução do contrato, conforme permitido pelo art. 67 da Lei nº 14.133/2021.
5. Ausência de Clareza na Exigência – Item 14.10: O item 14.10 do Edital, ao contrário do alegado, é claro e específico, exigindo a "Licença Ambiental Estadual ou Municipal". Não há, portanto, ambiguidade que prejudique a segurança jurídica ou o preparo das propostas.

Prefeitura Municipal de Ibipeba



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIPEBA
Governo Juventude, Inovação e Prosperidade



6. Divergência no Prazo de Pagamento – Itens 18.1.9, I x 13.1 do TR: A impugnante cita o item 18.1.9, inciso I do edital, e o item 13.1 do Termo de Referência. No Edital, o item 18.1.9 trata da "GARANTIA DO CONTRATO". O prazo de pagamento está previsto no item 1.2) da subseção "i) PAGAMENTO" do item 18.1.9 (no edital original em PDF está como 18.1.9, mas o texto da impugnação se refere ao item 18.1.9, I como sendo o prazo de pagamento, e no edital final a seção 18.1.9 é a "DA GARANTIA DO CONTRATO"), onde é estabelecido que "O Município efetuará o pagamento da Nota Fiscal após o protocolamento da mesma, e se em conformidade, no prazo de até 90 (noventa) dias". Quanto ao Termo de Referência, ele não foi anexado na íntegra para verificação do item 13.1, porém, o prazo de 90 (noventa) dias está claramente definido nas regras contratuais, especificamente no Anexo II - Modelo de Contrato para Aquisições e Serviços, Cláusula Quinta, item 4.3. A clareza e objetividade devem prevalecer com base nas informações disponíveis no instrumento convocatório.

DECISÃO:

Diante do exposto e com base na análise das alegações apresentadas, este Agente de Contratação decide:

INDEFERIR a Impugnação apresentada pela empresa **SEASHORE BRASIL CONSULTORIA E INSTALACOES SUSTENTAVEIS LTDA**, mantendo o Edital do Pregão Eletrônico nº PE-05-2025 em seus termos, por considerar que as disposições questionadas estão em conformidade com a legislação aplicável e são proporcionais à natureza e complexidade do objeto licitado.

Publique-se.

Ibipeba-BA, 28 de maio de 2025.


Edésio Micael Szervinsk Mendonça
Pregoeiro